

AGENDA TEMÁTICA DE INVESTIGAÇÃO E INOVAÇÃO

CULTURA E PATRIMÓNIO CULTURAL

Documento de trabalho

Março 2018

AGENDA TEMÁTICA DE INVESTIGAÇÃO E INOVAÇÃO

CULTURA E PATRIMÓNIO CULTURAL

Coordenação do Grupo de Peritos:

António Candeias (Univ. Évora)

Conceição Lopes (Univ. Évora)

Equipa Técnica da FCT:

Carlos Pereira (Coordenador), Luisa Igreja e Rosário Costa

Coordenação Geral:

José Bonfim

Tiago Santos Pereira

Esta Agenda de Investigação e Inovação está a ser desenvolvida por um Grupo de Peritos designados por centros e unidades de investigação, empresas e outras entidades com competências relevantes nas respetivas áreas. A identificação de tais peritos será feita quando da edição final da Agenda.

AGENDA TEMÁTICA DE INVESTIGAÇÃO E INOVAÇÃO PARA A CULTURA E O PATRIMÓNIO CULTURAL

(DOCUMENTO DE TRABALHO)

Investigação e Inovação na área da Cultura e Património Cultural em Portugal e no Mundo

[em desenvolvimento]

1 - Estratégias Internacionais de Investigação e Inovação

Em contexto internacional é possível identificar um conjunto de documentos estruturantes, nomeadamente estratégias e planos homogéneos, no âmbito da temática «Cultura e Património Cultural».

A montante, a Comissão Europeia (CE), no contexto do seu *Plano de Trabalho para a Cultura* respeitante ao quadriénio 2015-2018, estabelece quatro áreas prioritárias para este domínio: cultura acessível, património cultural, inovação e economia criativa, e diversidade cultural. Complementa estas prioridades com os temas intersectoriais mudança digital e estatística. Neste documento estratégico da CE são estabelecidas as prioridades da cooperação europeia em matéria de políticas culturais para os próximos anos, definindo tópicos que representem valor acrescentado em termos Comunitários e incentivem a cooperação transnacional e intersectorial.

A *Declaração de Namur*, por sua vez, no exercício de definição dos objetivos e prioridades para uma estratégia comum na área da gestão do património europeu, a adotar pelas instituições governamentais europeias com responsabilidades neste âmbito, e em estreita cooperação com a UNESCO e outros parceiros internacionais, elenca também como prioridades: o estabelecimento do património como fator cooperante do incremento da qualidade de vida das comunidades; a contribuição do património para a atratividade e prosperidade da Europa; a educação e a aprendizagem ao longo da vida; e a governança participativa no campo patrimonial. Em termos de literatura da Comissão Europeia, o relatório *Getting cultural heritage to work for Europe* constitui também um desenvolvimento importante para o setor do património cultural, e enfatiza a necessidade de evidenciar situações nas quais o património cultural se vem assumindo como motor positivo para um desenvolvimento sustentável e inteligente. Os três objetivos que este documento elenca são os seguintes: promover o financiamento inovador, o investimento, a governança, a gestão e os modelos de negócios que potenciem a eficácia do património cultural enquanto fator de produção económica; promover o uso inovador do património cultural para incentivar a integração, a inclusão, a coesão e a participação social; promover o uso inovador e sustentável do património cultural, para que este possa atingir todo o seu potencial e contribuir para o desenvolvimento harmonioso das paisagens e ambientes culturais europeus. As ações recomendadas no documento prendem-se com: a regeneração patrimonial urbana;

a sustentabilidade das paisagens culturais; a governança inclusiva; os modelos inovadores de negócio na área do património cultural.

Mais recentemente, foi lançado o documento *"Strategy 21" (European Cultural Heritage Strategy for the 21st Century)*, que se propõe redefinir o lugar e o papel do património cultural na Europa, providenciando diretrizes para a promoção da boa governança e para a participação na identificação e gestão do património, paralelamente à disseminação de abordagens inovadoras para a melhoria do meio ambiente e da qualidade de vida dos cidadãos europeus. Resultante da colaboração entre altos responsáveis políticos dos Estados-Membros e peritos desta área específica, o documento define desafios, recomenda ações extensas e destaca as melhores práticas a serem seguidas pelos atores e partes interessadas – governos, autoridades locais, sociedade civil e profissionais –, num estruturamento baseado em três componentes prioritários (social; desenvolvimento territorial e económico; conhecimento e educação) e quatro interfaces ou áreas de convergência (entre o componente social e o componente de desenvolvimento territorial e económico; entre o componente de desenvolvimento territorial e económico e o componente de conhecimento e educação; entre o componente de conhecimento e educação e o componente social; finalmente, entre os três componentes).

Ainda neste contexto institucional Comunitário, o atual Programa-Quadro para a Investigação e a Inovação da União Europeia Horizonte 2020 (H2020), na sua ambição de gerar ideias, crescimento e emprego e de, simultaneamente, responder aos desafios sociais, atendendo às preocupações dos cidadãos, concebeu uma linha de financiamento específica denominada «Europa num mundo em mudança – sociedades inclusivas, inovadoras e reflexivas», dentro da qual concursos como «Compreendendo a Europa – promovendo o espaço público e cultural europeu», entre outros, são diretamente direcionados a tópicos no âmbito da cultura e do património cultural. O H2020 foca-se no impacto e direciona-se para a resolução de problemas sociais, o que conduz à exigência, também para os tópicos investigacionais em cultura e património cultural, do desenvolvimento de planos científicos de cariz pluridisciplinar e multisectorial, e a integração da investigação e inovação, sem descontinuidades, desde a conceção das ideias até ao mercado.

Por fim, ainda que abstraindo da égide da literatura da Comissão Europeia, não obstante o seu carácter organizacional, a Iniciativa de Programação Conjunta em Património Cultural e Mudança Global (JPI CH) é merecedora de uma menção particular. Integrada por dezanove países, para além de sete outros países observadores, na sua Agenda Estratégica de Investigação remete para quatro prioridades, alinhadas com os planos Comunitários, a saber: desenvolvimento de uma sociedade reflexiva; ligação entre as pessoas e o património (cultural); criação de conhecimento; salvaguarda do património cultural.

Relativamente a estratégias de internacionalização na área da cultura e património cultural, por parte de países considerados modelares neste âmbito, é de destacar significativa convergência das mesmas relativamente às estratégias europeias e internacionais, nomeadamente no que refere a assinalável tendência para responder às preocupações dos cidadãos e aos grandes desafios sociais, não descurando os aspetos sociais, culturais e económicos, aproximando os cientistas dos cidadãos, e favorecendo a transparência do investimento público em matéria de investigação e inovação.

No entanto, poderão ser alvo de referência particular, pelo carácter exclusivo que denotam na referência à especificidade endémica de cada país, as seguintes estratégias:

- programas de treino em restauro, conservação e proteção de monumentos da Síria, Líbano, Jordânia, Iraque e Turquia; criação e redesenho de infraestruturas digitais para o estudo de civilizações antigas (Alemanha);
- programas em compreensão cultural e competências interculturais (Dinamarca);
- apoio à investigação, ao desenvolvimento e à inovação aplicados à conservação e à sustentabilidade do património artístico, arqueológico, histórico, cultural e social (Espanha);
- programas em preservação do património Cultural e Natural («Laboratório Litoral»); estudos culturais, do homem e dos fatores de integração em sociedades globais e interligadas; inovações sociais, educativas e culturais (nomeadamente novas metodologias que apresentem uma dimensão comparativa rigorosa, com novos referenciais para avaliação do progresso social); transferência eficaz do conhecimento em ciências sociais e humanas para a vertente socioeconómica (França);
- programas sobre paisagem e uso sustentável do espaço em ambientes vivos e em rápida mudança; em “resiliência”, enquanto conceito unificador dos sistemas socioecológicos; em estudo do passado enquanto fator de sustentabilidade, de inclusão e melhoria económica; em valor cultural do património – sustentabilidade e temporalidade; retenção de conhecimento; “expert citizens”; herança contestada; holística e transdisciplinaridade na investigação em património cultural (Holanda);
- priorização do tópico «turismo, património cultural e indústria da criatividade» como um dos cinco eixos temáticos do Exercício de Especialização Nacional Inteligente; instituição do tema «Património Cultural» como um de quatro *clusters* tecnológicos do mesmo Exercício de Especialização Nacional Inteligente; apoio à presença do país em Iniciativas de Programação Conjunta, nomeadamente nos programas dedicados à valorização e conservação do património cultural (Itália);
- projetos em «Valor Cultural» para desenvolvimento de uma análise de base investigacional sobre formas de derivação e compreensão do valor da cultura; projetos sobre o papel e impacto da investigação em artes e humanidades na elaboração de políticas públicas e na qualidade de

vida; colaborações com organizações diversas (agências de financiamento das artes, organismos de difusão, setor de museus, galerias e bibliotecas) para promoção da compreensão e apreciação do público sobre as artes, a cultura e o património; incremento do apoio à investigação de âmbito internacional, nomeadamente no âmbito de esquemas do Espaço Europeu de Investigação, nomeadamente ERA-NETs (HERA – «Humanities in the European Research Area») e Iniciativas de Programação Conjunta (JPI CH - «Joint Programming Initiative in Cultural Heritage and Global Change») (UK).

2 - Diagnóstico da área em Portugal

Com base na caracterização nomeadamente do estado da arte internacional e da caracterização anterior esta secção deverá considerar o desenvolvimento da área em Portugal, identificando os seus principais pontos fortes, bem como sub-áreas de menor desenvolvimento recente comparativamente, indicando, se relevante, eventuais barreiras existentes.

É importante assinalarem-se, assim, sub-áreas de maior força da investigação e inovação em Portugal, a nível internacional, com particular impacto na dinâmica da área, bem como notar sub-áreas que se apresentem com menor visibilidade e impacto.

Este diagnóstico será um contributo para identificação das questões chave de investigação e inovação futuras.

A normativa internacional sobre cultura e património cultural, inscrita num vasto conjunto de documentos (convenções, resoluções, recomendações e outros atos dos quais se destacam os produzidos pela UNESCO, o Conselho da Europa e o ICOMOS), corporiza as tendências evolutivas neste domínio, as quais, genericamente, evoluem para o compromisso com os cidadãos e a inclusão social, numa estreita convergência com as questões da investigação e desenvolvimento, as possibilidades económicas e de governança.

Portugal, tem participado ativamente na implementação das políticas europeias relativas à temática «Cultura e Património Cultural e, salvaguardando as realidades diversas e as particularidades criativas, alinhou a estratégia nacional e regional de acordo com as áreas prioritárias para este domínio definidas internacionalmente e pelo Conselho da Europa (EC).

O crescimento e alargamento dos campos da cultura e do património cultural, consubstanciado na potenciação das dimensões material e imaterial do património, nas atividades culturais e criativas como fatores de desenvolvimento, mobiliza novos desafios e abordagens e novas responsabilidades.

O potencial diferenciador, instruído nos princípios da liberdade e autonomia criadora, responsabilidade social, herança como espaço de preservação das diferenças, da memória contra o perigo da indiferença,

salvaguarda do que somos e também daquilo que hoje criamos, compromete esta área com as políticas de inclusão, a cultura de paz e a participação cidadã que se definem na Europa.

Os instrumentos normativos e as tendências internacionais e o crescente aperfeiçoamento da legislação nacional lançam o repto à inovação e ao uso de plataformas colaborativas para que diferentes atores se associem e protagonizem estratégias de reforço mútuo, em ordem a projetar nacional e internacionalmente a criatividade, a diversidade cultural e o património cultural nacional.

Todavia, relativamente à cultura e património cultural, a Europa confronta-se hoje com um desafio transversal que se prende com a mobilidade, onde emerge a chegada de incontáveis fluxos de pessoas desterritorializadas que se pretendem fixar e com a consequente constituição abrupta de comunidades transnacionais, ao mesmo tempo que, em enquadramento sociológico oposto, se organiza para responder ao turismo de massas que se desloca em busca de novas culturas e de experiências diversificadas, de acordo com a diversidade cultural e patrimonial.

Por um lado, são as questões relacionadas com as configurações da memória e identidade que se problematizam nos trânsitos culturais relacionados com as migrações, as quais solicitam novas abordagens e exigem disponibilidade e flexibilidade intelectual, trabalho multidisciplinar por forma a garantir que os processos de inclusão sejam de acordo com os valores da solidariedade, liberdade, diversidade e do conhecimento.

Por outro lado, a vinculação do turismo ao património e cultura, engendrou processos de mercantilização acelerada e muitas vezes desajustados, fazendo emergir a necessidade de criação de mecanismos de observação, controlo e avaliação para que garantir os mecanismos de garantia de investigação científica e evitar a descaracterização ou a perda de atributos pelos quais os bens patrimoniais são portadores desse estatuto, para garantir as políticas de inclusão e participação da comunidade; para assegurar que a cultura e o património se constituem como recurso de valor acrescentado para as comunidades e as regiões; para promover o desenvolvimento de novas tecnologias em articulação com as preocupações crescentes de digitalização de coleções e dos mecanismos de divulgação do conhecimento em acesso aberto.

Neste processo de acompanhamento das políticas e estratégias internacionais Portugal apresenta particularidades que devem ser convocadas no quadro de uma agenda da cultura e do património Cultural 202-2030 e, por isso, encontra-se particularmente bem posicionado para implementar as diretrizes constantes do documento *"Strategy 21" (European Cultural Heritage Strategy for the 21st Century)* no qual se redefine o papel do património cultural na Europa e onde boa parte das estratégias para responder às questões que hoje assumem relevância na Europa, como as supra referidas, se podem conformar.

O fortalecimento das regiões de menor densidade, valorização e preservação das cidades e vilas históricas do interior e sul e, simultânea criação de mecanismos de atração e fixação de recursos humanos,

constitui o desafio maior. Neste contexto, a autenticidade cultural das zonas de interior, o legado patrimonial dos territórios de interior e das cidades históricas deve ser potenciado, no sentido de redefinir a epiderme demográfica e incrementar a deslocação do litoral para o interior e Alentejo. A ligação com estruturas de capacitação profissional e a investigação devem articular-se no sentido de os sectores se promoverem mutuamente, garantindo a perenidade e sustentabilidade.

O impacto multifacetado e precoce que os acelerados desenvolvimentos tecnológicos tiveram nas áreas da Cultura e do Património Cultural proporcionou novas formas de atuação e divulgação, destacando-se a criação de conteúdos em linguagem digital.

As novas tecnologias representam hoje um instrumento generalizado de comunicação e produção de conteúdos e o seu uso e aplicação são reconhecidamente decisivas para o sucesso das políticas de salvaguarda, valorização e promoção da cultura e do Património

Portugal chegou cedo a essas tecnologias e está bem posicionado para responder aos processos de digitalização da Cultura e do património cultural e de transferir recursos para a economia cultura e social.

As atividades económicas ligadas à oferta de serviços culturais, enquadrados na formação técnica e avançada e no turismo cultural de qualidade podem proporcionar neste segmento oportunidades de desenvolvimento de tecnologia capaz de alavancar novos produtos e linha de empreendedorismo inovador, ao mesmo tempo que permitem o desenvolvimento disseminado regionalmente.

Os processos de informação e comunicação digital são transversais a todos os segmentos da cultura e do património cultural e difundem-se num processo de escalas múltiplas que implicam tanto os indivíduos como os bens.

A constante alteração de processos e ferramentas digitais levanta, todavia, novas questões envolvendo aspetos político e éticos, no que respeita às questões da propriedade e aspetos operativos relacionados com questões da prática fragmentada dos agentes e das disciplinas, dos tipos registo e das formas de aquisição de dados e, também, da e sua disponibilização nos circuitos e redes de conhecimento e arquivo.

Portugal está bem apetrechado para as ações que visem a salvaguarda e a conservação dos bens culturais e patrimoniais quer pelos métodos tradicionais quer pelo uso de ferramentas e produtos digitais incluindo responder às emergências decorrentes dos conflitos de guerra e do tráfico de património artístico, mas, também, de instrumentos de formação nas áreas da conservação e restauro, incluindo com linguagens digitais de registo e musealização.

O incremento de medidas que permitam a internacionalização deste sector, no quadro de uma política de diplomacia científica, ajustando as unidades de investigação e demais *players* nos trabalhos em curso na Síria, Iraque, etc.

O reforço de abordagens multidisciplinares a sinergia entre equipas, nomeadamente entre humanidades, artes, estudos culturais e ciências da comunicação, da computação e da informação, será determinante para o desenvolvimento de investigação tanto fundamental como aplicada sobre a cultura e o património cultural, em todas as escalas do tempo que ele representa, desde as ruínas arqueológicas às criações contemporâneas, poderá contribuir para uma maior visibilidade deste sector na sociedade e na economia.

A convergência entre investigação em cultura e património cultural, enquadrada por projetos pluridisciplinares e multisectoriais, que criem sinergia entre equipas, nomeadamente entre humanidades, artes, estudos culturais e ciências da comunicação, da computação e da informação, apontados à investigação de práticas e produtos inovadores, novas tecnologias e plataformas digitais, que articulem as componentes social, desenvolvimento territorial, conhecimento e educação, suportará a projeção desta área como base para atividades económicas diversas. A sinergia cultural oferece um colaborativo solidário com potencial de promover a internacionalização das atividades culturais e criativas.

A promoção da língua portuguesa é incontornável no planeamento científico nacional, apresentando-se como um desafio estratégico de acrescida urgência nas suas várias vertentes sublinhando-se a investigação em tecnologia da língua portuguesa com vista à sua preparação tecnológica para a era digital.

A Língua portuguesa, como elemento diferenciado partilhada pelos países e comunidades que a usam constitui-se como uma plataforma colaborativa com forte capacidade de internacionalização do setor cultural e do Património.

As designadas indústrias criativas portuguesas ao incorporarem esta dimensão linguística no seu processo internacionalização *arrastam* mais um elemento diferenciador no competitivo mercado destes produtos.

A interação entre o sector da cultura e património cultural e os sectores da economia, descartada qualquer possibilidade de submissão dos valores e liberdades consagrados pelas atividades culturais e artísticas a qualquer princípio mercantilista, em estreita colaboração com a ciência e tecnologia, apresenta-se como a configuração mais promissora de utilização de fundos comunitários e como o instrumento de diferenciação que comporta sustentabilidade e competitividade nacional e internacional aos sectores da cultura e Património no quadro da diversidade cultural, da valorização do território e na inclusão dos indivíduos.

Os desafios desta Agenda detalham-se em quatro temas enquadreadores: Trânsitos Culturais; Identidades e Memórias; Sustentabilidade e Ambientes em Mudança; Processos Criativos, Produção Cultural e Sociedade Plural, Língua, Tecnologias, Cultura Digital e Produção de Valor, cuja solidariedade

se apresenta como um estímulo à inovação, à criatividade, à unidade na diversidade e ao desenvolvimento inclusivo do território e das pessoas no quadro nacional e internacional.

Cultura e Património Cultural - Temas de Investigação e Inovação

3 - Desafios para uma agenda de investigação

Adiante a análise incide em torno de quatro sub-temas estruturantes a partir dos quais se analisam desafios e linhas de investigação numa perspetiva de médio e longo prazo (2030), a saber:

- Trânsitos culturais, identidades e memórias
- Sustentabilidade e ambientes em mudança
- Processos criativos, produção cultural e sociedade plural
- Língua, tecnologias, cultura digital e produção de valor

3.1 - Trânsitos culturais, identidades e memórias

3.1.1 - Desafios e objetivos para Portugal até 2030

Os fluxos de migração e o crescimento das comunidades transnacionais constituem um desafio com o qual o país e a Europa continuarão a confrontar-se no futuro. Um tal desafio suscita a oportunidade de se problematizarem os efeitos da diáspora sobre as identidades e as memórias sociais:

- De que forma os trânsitos culturais reconstroem as identidades quando supostas unidades identitárias são sobrelevadas pela diferença e disjunção?
- Como se reinventam as memórias culturais em processos de transculturação?
- Quais as ameaças que o terrorismo coloca ao património e às memórias culturais?
- Quais os impactos da maior vaga de refugiados desde a II Guerra Mundial na identidade cultural da Europa?

A transmissão está no centro das abordagens antropológicas da memória e das identidades. Na última década, as investigações produzidas acentuaram as críticas à patrimonialização da cultura, por ser recorrentemente tomada como um instrumento ideológico da memória, alimentando imaginários de improváveis autenticidades, relicários de identidades cristalizadas. Na linha das críticas à patrimonialização da cultura, que tendencialmente a apresenta circunscrita a limites históricos

nacionais, descomprimem-se as interpretações e representações de património cultural, antevendo-se, entre os sinais de mudança, a criação de fundações de património baseadas nos lugares de origem das pessoas e na criação de museus da migração (JPI Cultural Heritage and Global Change Strategic Research Agenda (2009-2010: p. 64). Não se podendo subvalorizar o jogo memorial e identitário, novos campos de investigação se abrem ao futuro:

- Que novas configurações assumirão os trânsitos culturais e como é que neles se jogarão memórias e identidades mutáveis, fragmentadas, eletivas e plurais, como é próprio da contemporaneidade?
- Qual o lugar das heranças culturais nesta nova abordagem da construção identitária, assente na problematização dos trânsitos?
- De que maneira pode uma constelação de lugares patrimoniais, incluindo campos arqueológicos e ruínas, ser redescoberta e integrada nos mapas culturais contemporâneos, à luz de uma perspectiva que enfatiza os trânsitos e as migrações culturais?

As pesquisas até agora realizadas sugerem que a globalização cultural tem efeitos desterritorializantes, subvertendo modelos que fixam a cultura em heranças essencializadas e homogeneizantes. A convenção para a salvaguarda do património cultural imaterial, firmada pela UNESCO em 2003, propunha uma definição estática do património cultural imaterial (Artigo 2º) onde "as práticas, representações, expressões, conhecimentos e competências – bem como os instrumentos, objetos, artefactos e espaços culturais que lhes estão associados" – aparecem arreigados a "comunidades" e a "grupos", dando-lhes "um sentido de identidade e continuidade". Esta definição estática do património, sobretudo criticável quando aplicada ao chamado património imaterial, não se desvinculou ainda da ideia que se tem de património (matéria, objeto, monumento, território). Perde-se, desse modo, a dimensão relacional e comunicativa que caracteriza o património. No futuro, esta dimensão relacional e comunicativa deverá ser necessariamente contemplada ao considerarem-se os trânsitos culturais nas engrenagens do tempo histórico.

Os horizontes de pesquisa que se abrem aos trânsitos culturais não devem, pois, ser desconsiderados numa futura agenda Estratégica de Investigação e Inovação. Aliás, por efeito do desenvolvimento das novas tecnologias de informação e comunicação, os trânsitos culturais galgam fronteiras geográficas, permitindo também questionar fronteiras do preconceito e criando novos desafios para a investigação desses processos, novas oportunidades no jogo da oferta e procura culturais, novas chances de inclusão social.

O património imaterial, pela sua natureza, não tem sido ainda dotado de ferramentas digitais que auxiliem quer na sua preservação quer na sua disseminação, respondendo à tendência para a

“digitalização “da sociedade, apontada na JPI Cultural Heritage and Global Change Strategic Research Agenda (2009-2010: p. 61).

Olhar para o futuro colocará a Portugal o desafio de uma ressignificação da área cultural, tendo em mira a sua projeção a uma escala internacional, valorizada, como deve ser, como um verdadeiro património (veja-se o exemplo da língua portuguesa). Encarar a cultura como património é um objetivo de mais largo alcance do que o da patrimonialização da cultura quando conducente à sua reificação.

Apontado, desde 2008 (EPOCH Research Agenda for the Applications of ICT to Cultural Heritage, pp. 29-30), como um domínio em que os grandes desafios se estendem para lá de 2015, o património imaterial ganha em incorporar, nas abordagens interdisciplinares de que deve ser alvo, contributos da área das Humanidades, com destaque para as línguas e literaturas (modernas e clássicas), história, antropologia, estudos comparativos de religião e ética, geografia cultural e estudos sobre o meio humano (Ibidem, p. 34).

No recente relatório da UNESCO World Heritage in Europe Today (2016: p. 83), aponta-se como solução para a valorização dos patrimónios mundiais materiais e paisagísticos a criação de fundações nacionais (conjugando os setores público e privado), visando a obtenção de fundos destinados à sua proteção. Atendendo a que o património imaterial, por não se ligar a “espaços” tangíveis, tem dificuldade em gerar o aumento de rendimentos próprios, compreende-se que uma estratégia idêntica seja equacionada para obstar às dificuldades acrescidas com que esta área se debate no âmbito da sustentabilidade económica.

Por outro lado, conforme sugerido em JPI Cultural Heritage and Global Change Strategic Research Agenda (2009-2010: p. 31), o excessivo aumento de pressão turística sobre os mais populares espaços patrimonializados, encontra uma resposta à sua sustentabilidade e preservação na “patrimonialização” de outros lugares ainda pouco aproveitados nessa dimensão (bibliotecas, arquivos e pequenos museus).

3.1.2 - Principais desenvolvimentos científicos nos últimos dez anos

Com uma produção diversificada, a investigação centrada no subtema trânsitos culturais, identidades e memórias tem dado prioridade às construções identitárias e memoriais. Tempos socialmente convulsos e efeitos da globalização originaram o agendamento de pesquisas que tendem a reafirmar as especificidades locais e identitárias, bem como o reconhecimento das heranças e memórias culturais. Por outro lado, as evocações e comemorações têm dado origem à realização de múltiplas iniciativas, um

pouco por toda a Europa, a que Portugal se tem associado, participando na disponibilização online, em acesso aberto, de conteúdos que ajudam a reconstruir o próprio património europeu¹.

Nesta linha de orientação, têm sido desenvolvidas pesquisas com metodologias predominantemente qualitativas (biográficas, etnográficas, investigação-ação) e posicionamentos teóricos filiados nos paradigmas do multiculturalismo e da interculturalidade, ancorados a uma epistemologia cívica (na linha da Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, lançada pela UNESCO em 2005). Os resultados obtidos têm contribuído para uma relativa despatologização das diferenças culturais, dando abertura à promoção de convivências multiculturais e cidadanias interculturais.

Em consequência, os quadros teóricos mais consolidados, por há mais tempo serem convocados e debatidos, surgem no estudo das identidades e memórias. Têm sido pesquisadas identidades nacionais na diáspora, identidades em contextos pós-coloniais, identidades e políticas de pertença, etnicidades, identidades geracionais e de género, identidades musicais e identidades de resistência e marginalidade. Em algumas destas iniciativas as comunidades locais têm sido convocadas para participar, registando a sua história, num ideal de ciência cidadã e educação permanente, cuja ideia central é a aproximação da universidade à comunidade. Por outro lado, têm sido contempladas memórias e pós-memórias de passados pós-coloniais, políticas da memória, memórias na era digital, havendo também uma preocupação no registo das memórias, em particular no que se refere à gestão e prova de memórias perdidas, memórias orais, memórias etnografadas.

Neste domínio específico importa sublinhar as preocupações crescentes com os planos de digitalização de coleções documentais de arquivos e museus, o acesso aberto, a disponibilização de enormes quantidades de dados – Big Data – e o respetivo impacto na forma como se produz e como se passará, num futuro próximo, a produzir conhecimento. Verifica-se a perceção da existência de riscos em torno da preservação de documentos e objetos cujo único suporte é o digital; um tópico co-relacionado é o das vulnerabilidades da língua portuguesa na sociedade digital.

Recensearam-se também estudos sobre o património material e imaterial, com referenciais empíricos centrados em objetos, lugares, rituais e performances. Outras pesquisas, mais focadas em políticas culturais locais e nacionais, evidenciaram a defesa do património como um dos principais eixos dos modelos de governação da cultura. Tal segmento de estudos revelou, nas décadas mais recentes, a crescente conjugação do setor da cultura com outras políticas públicas, em torno da inclusão social, da requalificação urbana e do turismo. Recorrentemente de recorte empírico localizado, surgiram ainda

¹ No âmbito da preservação de memórias individuais, refira-se o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido no âmbito da evocação do centenário da I Guerra Mundial, destacando a iniciativa "Memórias da I Guerra Mundial (portugal1914.org)", o projecto "Europeana 1914-1918" ou a plataforma "Europeana Sounds", liderada pela British Library

mapeamentos de agentes e instituições culturais, estudos sobre a promoção da cidadania em comunidades urbanas e pesquisas sobre a produção artística, especialmente nas periferias urbanas.

Mais recentemente, emergiu uma significativa problematização teórica em torno dos trânsitos culturais, dando-se um giro de agendamento temático com o surgimento de pesquisas sobre estruturas étnicas e conexões transnacionais; processos de produção, mobilização e circulação da cultura; património alimentar e trajetos geográfico-sociais; migrações, transnacionalismo e cosmopolitismo². A cultura passou também a ser considerada uma área relevante para o desenvolvimento sustentável, na linha das propostas da COST Action (European Cooperation in Science and Technology), surgindo projetos sobre a mercantilização da cultura, sobretudo no domínio do turismo. Neste caso os trânsitos aparecem sobretudo circunscritos a exposições itinerantes, rotas turísticas e itinerários culturais. Têm aparecido estudos sobre o impacto económico e o valor da cultura (“cultural economics”) e em que a transferência de conhecimento não deve ser encarada como um fim em si mesmo.

Quanto às tendências metodológicas, de orientação predominantemente qualitativa, embora haja o reconhecimento da valia dos projetos interdisciplinares (EPOCH Research Agenda), em Portugal os recortes disciplinares são mais rígidos, não impedindo, todavia, a participação de muitos investigadores em redes internacionais de intercâmbio e produção científica, de cunho mais interdisciplinar. Já do ponto de vista teórico, e considerando os marcos centrais da evolução do subtema ao longo da última década, os horizontes de pesquisa abrem-se a significativas mudanças de paradigma. As armadilhas metodológicas do presentismo, reconhecidas pelos próprios defensores dos live methods, lançam o desafio de nos livrarmos do aprisionamento ao tempo curto, daquele tempo que tende a reificar e a essencializar a cultura, imobilizando-a no aqui e agora. No futuro próximo há que desenvolver e consolidar paradigmas de conhecimento que permitam analisar a cultura nas engrenagens do tempo histórico, em seus trânsitos culturais.

3.1.3 - As questões-chave para uma agenda de investigação

Os trânsitos culturais são cada vez mais multisituados, transversais, globalizados. Nesta medida, a **agenda de investigação não deve apenas contemplar o património cultural, importa que também valorize a cultura como património, as artes do fazer cultural que escapam às perspetivas metaculturais**. Esta é uma questão-chave para contornar estereótipos unificadores e universalistas que, ao fixarem padrões culturais, desvalorizam ou anulam a diversidade e a criatividade culturais. **À fixidez**

² Inserem-se neste eixo as atividades desenvolvidas pela Plataforma de Apoio aos Refugiados, nomeadamente a organização de iniciativas desportivas envolvendo a participação de crianças e jovens das comunidades locais, em parceria com autarquias, clubes locais e o com a chancela do Comité Olímpico de Portugal, por forma a promover a integração através dos valores olímpicos e da cultura desportiva.

do cultural deve contrapor-se o paradigma de trânsito cultural, muito mais aberto à compreensão e dinamização dos processos de partilha e reinvenção cultural. Nesse sentido, as identidades e memórias necessitam ser reequacionadas à luz da noção de trânsitos espaço-temporais, nas perspetivas sincrónica e diacrónica.

Na contemporaneidade, assistimos à emergência de conflitos sociais decorrentes de crescentes tensões raciais, étnicas e religiosas. Num cenário de identidades deslocadas e fragmentadas, em que sentido poderão rodar os trânsitos culturais? No do exacerbamento ou esbatimento dessas tensões? Qual o lugar da cultura como fator de pacificação social? A **promoção de uma cidadania cultural** passa necessariamente por uma educação orientada por valores de partilha para que a cultura possa ser reinventada como um bem coletivo.

O desafio? O de tomarmos **os trânsitos culturais como uma oportunidade para que neles possamos transitar – como investigadores, agentes culturais ou cidadãos comuns – numa envolvência estética, sensível e subjetivamente libertadora**. Importa então debater um novo paradigma, o de trânsito cultural, onde o conceito de transmissão (com o objetivo de preservar) se acoplará ao de disseminação (com o objetivo de conectar) e ao de inovação (com o objetivo de criar). A inovação passará, desde logo, por reconhecer na **cultura uma importante alavanca de trânsitos envolvendo a educação, o turismo cultural, a saúde, o urbanismo, o meio ambiente, o bem-estar social**. Estas mudanças e desafios sociais exigem uma estreita cooperação entre investigação e inovação e o desenvolvimento de novos trilhos de intervenção cultural.

3.1.4 - Fatores críticos para o desenvolvimento futuro

Trânsitos culturais e circuitos de informação e comunicação, crescentemente tecnologizados, expandiram-se a tal ponto que não podem deixar de ser equacionados como eixos estratégicos tanto para a investigação quanto para as políticas culturais. No entanto, o relatório da UNESCO que traça o balanço de uma década das políticas promotoras da diversidade das expressões culturais (Convention Global Report, Unesco, 2015), embora sinalizando importantes avanços, evidencia uma reduzida circulação das produções culturais, desde logo as mais periféricas. Ou seja, a expansão das plataformas web está muito aquém do possível e desejável, não tendo até agora garantido, satisfatoriamente, uma maior diversidade de conteúdos e expressões culturais. Pesquisas realizadas a nível local também não têm tido uma devida projeção, impossibilitando uma troca de experiências e resultados, um trabalho em rede, uma mobilidade transnacional. De notar que os fenómenos da “periferialização” não atingem apenas contextos culturais e patrimoniais contemporâneos, mas também áreas do conhecimento

estruturantes da memória e identidade coletivas (os “clássicos” da literatura, da filosofia, do pensamento político e histórico, das artes, entre outros).

Como alcançar uma nova ordem cultural pautada por crescentes intercâmbios culturais? Há dinâmicas que requerem a devida atenção, bem como potenciais campos de investigação em aberto:

- * Políticas culturais alinhadas com a afirmação de uma cidadania cultural, promotora do bem-estar social. Para o efeito há que dinamizar espaços culturais compartilhados, envolvendo as comunidades locais na produção, circulação e recepção da cultura, reflexivamente partilhada em sua diversidade (música, dança, cantos, teatro, arte, gastronomia, exposições, performances, tradições, mitos, saberes populares, etc.). As comunidades locais a envolver incluem imigrantes e também emigrantes regressados, cujas experiências e memórias podem ser investidas em reconstituição de trilhos e percursos culturais.

- * Cooperação em rede dos produtores culturais, tomando a cultura, a criatividade e a diversidade cultural como um eixo central do desenvolvimento sustentável (United Nations Sustainable Development Agenda for 2030), o que implica integrar a cultura nos planos nacionais de desenvolvimento, fortalecendo os mais dinâmicos sectores culturais e criativos, fazendo também circular informações relevante sobre as políticas culturais mais inovadoras.

Uma vez que também as políticas culturais têm defendido e promovido a mobilidade de artistas e profissionais da cultura no espaço europeu e noutros territórios, é necessário estudar com regularidade os fluxos gerados, os seus sentidos e significados: para além de eventuais impactos económicos, que outras apropriações se observam, designadamente nas opções artísticas quanto a repertórios e (re)composição dos elencos, sobretudo quando se está em presença de artes com forte natureza colectiva (teatro, dança, música, entre outras)?

Quanto à experiência de participação dos municípios portugueses em redes e outras modalidades de contactos intermunicipais, como as gemações, avista-se a necessidade de proceder a um acompanhamento sistematizado deste tipo de intercâmbios, pela importância enquanto veículos de aproximação e fortalecimento de relações entre cidades portuguesas e outras, quer europeias quer da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). O tema assume acrescida relevância num contexto em que as políticas culturais desenvolvem-se na interação com fluxos provenientes das dimensões nacionais, globais, regionais e locais.

- * Apoio à investigação inovadora e à exploração de novas plataformas de circulação do conhecimento e divulgação da cultura, sem descurar a atração de novos públicos. Para o efeito há que garantir acesso aberto aos acervos reunidos em formato digital (ex: e-arquivos orais, documentais e audiovisuais de expressões culturais multisituadas e entrecruzadas), assegurando que investigação e produção cultural possam difundir-se, tendo também em conta os benefícios decorrentes, de natureza económica e social (criação de emprego, democratização do acesso à cultura, bem-estar e inclusão social). O uso de

recursos digitais reafirma-se como veículo importante da transmissão de conhecimento aprofundado sobre o património imaterial e as memórias, através da criação de museus digitais.

* Reflexão sobre trânsitos culturais na era digital e modelos de gestão da cultura. Com efeito, acentua-se a importância de aproximar cada vez mais as novas tecnologias de informação aos trânsitos e memórias culturais. De facto, a inserção de patrimónios materiais e imateriais em suportes e ambientes digitais requer atenção e reflexão em torno das condições e dos recursos tecnológicos disponíveis, por um lado, e da regulação da propriedade intelectual, por outro lado. No processo de digitalização intervêm diversos fatores que podem, contrariamente ao pretendido e desejável, escavar a homogeneização cultural, sendo importante: i) garantir critérios amplos e plurais na seleção de conteúdos a migrar para o ambiente digital; ii) assegurar sistemas e infraestruturas informacionais compatíveis, que preservem a digitalização, de modo a evitar a erosão de alguns conteúdos e a prevenir a hegemonia de outros; iii) reforçar importância de proteger a cultura num cenário em que a legislação da propriedade intelectual ainda se encontra em desacordo com o carácter potencialmente aberto e equitativo da internet, prevalecendo, entretanto, um modelo de distribuição assente na desregulação.

* Formação especializada no domínio da animação, gestão, investigação, produção, programação e disseminação cultural, com a constituição de equipas multidisciplinares que assegurem o desenvolvimento de métodos e instrumentos de avaliação do impacto social e económico das políticas culturais. Trata-se de enfrentar e ultrapassar pontos fracos inventariados também em JPI Cultural Heritage and Global Change Strategic Research Agenda (2009-2010: p. 65), no referente ao património material mas detectáveis igualmente no área do património intangível, como a falta de inter- e transdisciplinaridade ou o financiamento inadequado à concretização de projetos. Só desse modo se alcançará uma real metamorfose do valor cultural na sociedade contemporânea.

3.2 - Sustentabilidade e ambientes em mudança

A crise financeira e económica global que se tem atravessado tem levado a que a proteção e valorização do Património Cultural não sejam encaradas como primeira prioridade para o investimento. No entanto, desde a Declaração de Helsínquia, em 1996, tornou-se bem compreendida a dimensão política e social da cultura e do património cultural e o seu papel no desenvolvimento sustentável, nomeadamente no que concerne o seu acesso, autenticidade e diversidade. Com efeito, a Cultura e o Património Cultural fazem parte integrante da identidade de uma nação, concedendo-lhe um sentimento de pertença e de permanência, fundados na sua história e que está visivelmente materializada através de seu património. Mas a importância da cultura e do património cultural vai além do seu significado simbólico. São também um forte impulsionador da economia constituindo uma importante mais-valia das sociedades modernas, especialmente no presente contexto pós-industrial.

A importância da Cultura e do Património Cultural torna-se mais elevada quando a estrutura industrial e económica de um País é fraca, como é o caso de Portugal. Paradoxalmente, a falta de recursos financeiros para a sua modernização foi um fator de proteção que permitiu a preservação da autenticidade das várias expressões tangíveis e intangíveis do seu património cultural e natural. É fundamental preservar e valorizar esse legado, sublinhando o seu papel na identidade cultural, e projetando-o como base para atividades económicas.

3.2.1 - Desafios e objetivos para Portugal até 2030

Portugal, a Europa e o mundo neste novo milénio confrontam-se com desafios importantes que resultam quer de desenvolvimentos tecnológicos, quer de alterações sociais, demográficas, geopolíticas ou climáticas.

Do ponto de vista dos desenvolvimentos tecnológicos, a digitalização de informação, de processos ou mesmo a criação direta de conteúdos digitais, que Portugal tem implementado de uma forma precoce, levantam novas questões, quer do ponto de vista operativo, quer do ponto de vista político e ético.

Por um lado, uma questão de propriedade, quando a digitalização de elementos de valor cultural os tornam propriedade de quem os digitaliza (idêntico ao que sucede com o material físico colocado em arquivos, mas sem a sua estrita necessidade). Por outro lado, quando a manutenção da existência e do usufruto dos elementos culturais e patrimoniais está dependente da conservação dos mesmos pressupostos tecnológicos que foram usados na sua criação, ou custos constantes da sua atualização.

Do ponto de vista das mudanças demográficas, decorrentes de conflitos, de desastres naturais, ou mesmo de rápida evolução económica (afluxo a zonas urbanas), várias questões se colocam de uma forma nova:

Como se gere o bem patrimonial, ou mesmo o que se considera património, num lugar e num tempo?

Como cuidamos a relação entre o uso que se faz do património e os valores ou crenças das populações que deram origem a esse mesmo património (questões religiosas, étnicas, culturais, etc...)?

O que se escolhe para representar a nossa cultura e o nosso património? E como se escolhe? (quando já não existe uma coincidência entre os valores culturais históricos e atuais).

Como se integram os contributos das novas populações?

Como se regista, ou quem regista, o património que está a ser produzido atualmente?

Acresce a esta situação a noção de que restaurar um bem cultural (no sentido de repor alguns dos valores perdidos) implica em primeiro lugar a alteração da perceção que a comunidade tem do mesmo.

Nesse sentido, um desafio será como explicar à população para que se orgulhem e protejam a sua cultura e o seu património ou visitem de forma responsável e apreciem o que é alheio?

Mas se a perceção cultural tem uma importância capital, só a existência do bem patrimonial permite que o mesmo possa ser recuperado culturalmente; se desaparecerem, já não podem. Neste contexto torna-se crucial a integração de várias áreas de saber que permitam compreender o contexto cronológico e sócio-cultural por um lado e, por outro, estudar a sua materialidade, compreender os mecanismos de degradação e permitir desenvolver estratégias, técnicas e materiais para a sua sobrevivência secular. Um dos desafios que se coloca é pois o desenvolvimento de técnicas seculares que resistam aos fatores climáticos, alterados, ou não, que sejam inócuos, que reponham a durabilidade esperada dos materiais originais. O que os agride; como atuar, como parar a agressão ou retardá-la? Como repor a durabilidade do material sem comprometer a imagem? Como o fazer com uma durabilidade de dez gerações, pelo menos, a um preço razoável?

A avaliação de risco será certamente um aspeto a considerar, não só pelas atuais alterações climáticas que poderão representar desafios para as regiões costeiras ou os leitos de cheia mas acima de tudo pela atividade sísmica. Deste modo, será premente um diagnóstico e investigação que permita avaliar o património nacional e responder a questões: o que está em risco? Objetivamente como se pode medir esse risco? O que queremos preservar indefinidamente? Quanto estamos dispostos a pagar? O que se pode fazer a esse preço?

Finalmente, um dos desafios que se colocam é entender a cultura e o património desde uma perspetiva atual, compreensiva, distinta da ótica mais tradicional e administrativa, reunindo as dimensões culturais e naturais, que, durante muito tempo, evoluíram em percursos paralelos. A característica mais marcante desta mudança é o afastamento progressivo de uma visão tradicional centrada na singularidade do bem cultural e patrimonial e na sua proteção para uma abordagem mais ampla de património territorial

enquanto conjunto de elementos significativos, recursos naturais e culturais no território, articulados entre si, com um uso social e valorização adequada e sustentável. Nesta perspetiva, a cultura e o património não são uma mera adição de elementos não relacionados mas antes um sistema territorial, produto da relação do Homem com o território.

É necessário pois criar novos modelos de gestão e conservação baseados em novas técnicas para o acompanhamento e avaliação de ações em rede, melhoramento da eficiência dos recursos e rentabilização económica e social.

Deste modo, consideram-se os seguintes objetivos principais:

- Desenvolver investigação transdisciplinar e inter-institucional com capacidade de integrar recursos humanos altamente qualificados e com forte envolvimento e impacto social;
- Desenvolver investigação que contribua para o desenvolvimento sustentável dos territórios através da valorização da sua cultura e do seu património cultural e natural;
- Desenvolver investigação sobre os materiais e os mecanismos de degradação de bens patrimoniais, sobre novos materiais e sobre técnicas de tratamento e mitigação, que permitam criar estratégias de conservação eficientes e duradoras capazes de responder às reais necessidades do setor;
- Implementar estratégias de valorização e comunicação da cultura e do património cultural através do seu conhecimento.

3.2.2 - Principais desenvolvimentos científicos nos últimos dez anos

A introdução e implementação dos conteúdos digitais na sociedade, inicialmente em grupos mais restritos, mas atualmente alargada a todos os estratos sociais, culturais e económicos, leva a que a forma como se analisam, promovem e se utilizam os bens culturais se tenha alterado fortemente na última década. Do ponto de vista dos desenvolvimentos técnicos e tecnológicos com aplicação direta ou indireta aos conteúdos culturais podemos referir:

- Alargamento das redes de infra estruturas de comunicação e aumento da sua largura de banda;
- Disponibilização de um conjunto cada vez mais potente de ferramentas de aquisição de dados, tratamento e restituição digital (gravação áudio, gravação vídeo, fotografia e vídeo imersivo digitalizações, fotogrametria, varrimento Laser, termografia, fotografia multiespectral, etc...);
- Implementação sistemática de trabalhos de digitalização de bens culturais (ex. trabalho do Cyark) que permite a preservação da sua memória ou a sua reprodução em caso de destruição (decorrente de conflito armado, terrorismo, ou catástrofe natural)

- Desenvolvimento de ferramentas de produção digital (impressão 3D, fabricação robótica, etc.) que podem ser utilizadas na criação de réplicas de elementos necessários à legibilidade do bem cultural;
- Desenvolvimento de sistemas de realidade virtual e realidade aumentada, com aplicação direta à divulgação do bem cultural, e já implementadas com sucesso em alguns casos (ex. Capela Sistina, Catacumbas, etc..)
- Desenvolvimento das TIC aplicadas ao património e ao turismo, designadamente ao nível de aplicações livres ou de baixo custo;
- Acesso das populações, de uma forma alargada, a suportes tecnológicos (hardware e software) de reprodução de informação digital (computadores, smartphones, etc) que permitem equacionar novas formas de acesso à cultura e ao património;
- Desenvolvimento de novas formas de diagnóstico não-invasivo e não destrutivo, que permitem planejar a intervenção no bem cultural de um modo mais informado.

Nos últimos 10 anos tem-se verificado a integração das ciências físicas, químicas e biológicas no estudo material de bens patrimoniais, seja numa perspetiva de conhecimento dos comportamentos socio-económicos das civilizações do passado (estudos arqueométricos), seja em estudos que visam o conhecimento das técnicas de produção artística e/ou tradicionais ou ainda na avaliação do estado de conservação, compreensão dos mecanismos de deterioração e desenvolvimento de soluções e produtos para a sua conservação. Esta abordagem é sustentada pela existência de centros de I&D de referência com uma nova visão sobre o papel fundamental das várias áreas do conhecimento no desenvolvimento de estudos integrados de bens patrimoniais e culturais.

Complementarmente, a criação em 2014 do Roteiro Nacional de Infraestruturas de Investigação de Interesse Estratégico que conta com 4 infraestruturas de I&D na área da Cultura e Património Cultural (CLARIN, ERIHS.PT, PRISC e ROSSIO) reflete o esforço de articulação da comunidade científica nacional neste domínio, e o seu recente financiamento permitirá criar mecanismos de operacionalização entre estas e a sociedade. De salientar, o enfoque destas infraestruturas na problemática das tecnologias e conteúdos digitais e do acesso à informação. Finalmente, a participação em diversas redes internacionais é uma realidade, sendo de realçar a participação das infraestruturas nacionais nas infraestruturas do ESFRI (European Science Forum on Research Infrastructures): DARIAH, CLARIN e ERIHS.

3.2.3 - As questões chave para uma agenda de investigação

Como questões chave a atender numa agenda de investigação e inovação que pretende elencar prioridades com um horizonte de mais de uma década, a que se apresenta como mais determinante

será a instituição de mecanismos de reavaliação periódica que possam refocalizar e recentrar objetivos à medida que as condições se alteram. Se vivemos num mundo em que a mudança acontece com celeridade cada vez maior (alterações climáticas, mudanças demográficas, instabilidade política e económica, etc), os objetos e objetivos de investigação, as ferramentas e métodos usados, bem como os mecanismos de divulgação devem refletir essa mudança. Neste sentido, considera-se importante a criação de *um Observatório sobre Ciência, Cultura e Património Cultural* que seja um instrumento de interação e articulação entre investigadores/unidades de I&D, entidades administrativas, agentes sociais e empresas focada na resposta aos desafios societais,

Atualmente, a investigação sobre o património cultural é usualmente fragmentada entre tipos de bens, campos disciplinares e suportes físicos. Assim, outro dos aspetos importantes é o **estabelecimento de ligações entre o património cultural tangível, intangível e digital**. **Esbater as barreiras disciplinares** e promover investigação que aposte no **cruzamento de diferentes perspetivas e abordagens**, que promovam uma visão integradora e abrangente. Objetos, artefactos, tradições, edifícios não podem ser entendidos isolados, analisados ou valorizados por si próprios, mas integrados num todo cultural que os criou ou lhes deu sentido.

Consideram-se ainda apostas importantes de uma agenda de investigação as que promovam:

- **Desenvolvimento de novos materiais** (incluindo nanomateriais e biomateriais), tecnologias e procedimentos para manutenção e conservação do património cultural (tendo em vista a análise, proteção, exposição, conservação e restauro do património cultural, incluindo património contemporâneo e industrial);
- **Desenvolvimento de metodologias e técnicas de análise e diagnóstico não invasivas e não destrutivas** para património cultural móvel e imóvel;
- **A compreensão e a modelização dos fenómenos de degradação e envelhecimento dos materiais e estruturas, investigando formas de mitigação ou reparação**. Investigar as interações entre fatores ambientais específicos e artefactos complexos feitos de diferentes materiais. Promover uma abordagem multidisciplinar sobre a interação entre ambiente e materiais;
- **Implementação de sistemas integrados de gestão, que façam a avaliação e gestão de risco**, com a elaboração de planos de atuação e contingência multicenário;
- **Desenvolvimento de investigação centrada na proteção e conservação de materiais modernos utilizados em arte contemporânea e arquitetura**, percebendo as questões específicas que este tipo de património levanta (materiais ‘novos’ à data da sua utilização, utilizados sem o tempo de teste, soluções tecnológicas que se alteram com rapidez, etc);
- **A complementaridade dos estudos artísticos com os estudos da história técnica da arte** (conhecimento dos materiais, das formas de execução, das condicionantes técnicas, económicas, sociais e humanos que se colocaram à execução – visão integrada);

- Desenvolvimento de investigação sobre a dimensão e impacto social, económico e político da cultura e do património cultural e da sua valorização, incluindo num cenário Pós-Turismo.

Aspeto determinante para o sucesso da agenda de investigação é a capacidade de transferência de conhecimento e tecnologia das infraestruturas de investigação (universidades, centros de investigação, etc) para o tecido empresarial nacional, de forma a, por um lado, tornar consequente a investigação e, por outro lado, valorizar a capacidade e qualidade nacional de oferta de soluções diferenciadas, inovadores, e com valor acrescentado.

3.2.4 - Fatores críticos para o desenvolvimento futuro

Como primeiro e maior entrave à prossecução dos objetivos da agenda de investigação estará certamente a questão económica. Se por um lado são necessários recursos físicos e humanos (com impacto económico) para realizar investigação, e o desenvolvimento de novas soluções, por outro lado, a sua implementação no terreno implica que exista disponibilidade financeira das instituições tutelares dos bens culturais, não apenas no momento da sua implementação, mas de forma constante ao longo do tempo. São por demasiado conhecidos os exemplos de intervenções de conservação, restauro ou reabilitação que têm de ser totalmente refeitas passado uma década porque não existiram os meios para fazer a sua manutenção.

Como segundo fator que poderá condicionar esta área, o facto de a Cultura e o Património Cultural serem uma questão transversal a toda a sociedade, sobre o qual todos têm direitos e responsabilidades, poder assumir distintas formas, ser de diversas épocas, poder ser tangível, intangível, ou digital, e ser necessário encontrar mecanismos que consigam responder a essa pluralidade. Um dos riscos de uma agenda de investigação até 2030 que direcione as ações para determinados objetivos será o facto de a mesma poder funcionar como exclutor, nomeadamente de algumas formas de produção cultural que não eram reconhecidas enquanto tal no momento da sua elaboração.

A questão do acesso livre ao conhecimento, que está nas agendas europeias e nacionais, com a sua aplicação direta à Cultura e Património Cultural também pode levantar alguns problemas. Por exemplo, como se consegue equilibrar o que desejavelmente seria um acesso livre, não onerado, aos bens culturais com a necessidade de suportar os custos da sua manutenção e, por outro lado, a necessidade de restringir o uso para reduzir o desgaste e garantir a sua preservação? Quando se opta pela digitalização e reprodução para proteger o original colocam-se outras questões: Como vamos sensibilizar o público para a necessidade de preservar, manter a autenticidade, se a única coisa a que eles têm acesso são réplicas?

Com o crescimento do turismo cultural, o que até há alguns anos era uma questão colocada apenas a alguns locais, edifícios, obras de arte, nesta altura está a estender-se gradualmente.

A necessidade de articulação direta de estratégias entre o poder político (nacional e europeu), os institutos de investigação, e a sociedade (empresas, utilizadores), e a garantia que as mesmas se mantenham com a estabilidade necessária, pode ser um fator crítico, uma vez que as estratégias políticas estão sujeitas a ritmos determinados por ciclos eleitorais.

São determinantes ainda para alcançar os objetivos propostos que exista por parte do país uma aposta segura na qualificação, educação e formação a todos os níveis, incluindo no apoio ao enquadramento posterior em empresas ou estruturas de investigação, combatendo a emigração.

Por outro lado, é significativa a fragilidade e reduzida dimensão das empresas prestadoras de serviços e fornecedoras de produtos culturais, sendo regra geral de reduzida escala os projetos independentes que, neste domínio, se desenvolvem em Portugal. Não obstante, o perfil inovador que caracteriza o sector cultural e criativo favorece a sua abertura a novas oportunidades e à exploração de novas abordagens que permitem acrescer fatores de competitividade e atração. Contudo, a introdução de fatores de inovação ou forte diferenciação, com aplicação de tecnologias atuais e cada vez mais sofisticadas, não está em regra à disposição das empresas e empreendedores, seja pela reduzida escala dos seus empreendimentos, pelos elevados custos dos equipamentos necessários ao desenvolvimento de novas tecnologias de produto ou processo, ou mesmo pela dificuldade em incorporar na sua estrutura de custos pessoal com elevado perfil de competências que possa gerar, nas próprias empresas, os fatores inovadores que são necessários à manutenção de elevados níveis de competitividade.

Neste sentido, o desenvolvimento de projetos de criação de empresas de base tecnológica, mesmo se suportados em tecnologias pré-desenvolvidas ou concebidas pelos próprios empreendedores, é frequentemente travado pela dificuldade de se fazer a prova de conceito, a pesquisa de tecnologias compatíveis disponíveis, a seleção da melhor tecnologia a aplicar ou o estabelecimento de interface com outros agentes da comunidade científica que abordam o mesmo tipo de problemas e soluções, por força da enorme abrangência que os problemas técnico-científicos apresentam atualmente.

A densificação e aumento de sofisticação da cadeia de valor depende em grande medida de um nível dimensional crítico que não existe no mercado, a custos acessíveis para as micro e pequenas empresas que são a base da economia, sem o que não é possível o adequado aproveitamento e consolidação de atividades especializadas de suporte à produção, montagem e difusão das criações culturais ou de atividades especializadas na conservação, valorização e reabilitação do património cultural.

Em nosso entender, a abordagem aos desafios encontrados não é possível ser efetuada de forma isolada, como se se tratasse apenas de um problema de ‘ciência’ ou ‘tecnologia’, pelo que a criação ou intensificação de parcerias, designadamente ao nível de modelos de financiamento, na incubação de

empresas emergentes ou na mentoria e consultadoria articulada, permitirá o desenvolvimento de sinergias e de práticas inovadoras.

Nesse sentido, é necessário favorecer o cruzamento do sector criativo (empresas e empreendedores com necessidades específicas) com as Unidades de Investigação, para colmatar as lacunas existentes no mercado, permitindo a valorização de tecnologias, a difusão de conhecimento e a promoção de aprendizagens específicas no domínio de utilização de novos produtos e processos, quando incorporados na indústria por pequenas e médias empresas.

Preconiza-se assim que as infraestruturas de I&D do RNIIE e do SCTN e o desenvolvimento de interfaces científico-tecnológicas deverão estimular a facilitação da aproximação entre universidade e empresas/empreendedores, permitindo para a transferência de tecnologia e conhecimento e concorrendo para mitigar o défice de afirmação competitiva das indústrias culturais.

3.3 - Processos criativos, produção cultural e sociedade plural

"Indústrias Criativas" e "criatividade" são termos relativamente recentes, mas estão no centro de questões internacionais para definir a área da cultura e as indústrias "culturais" associadas. A construção de uma Agenda em que se introduz e avalia o desenvolvimento da "economia da cultura" deve ponderar uma reflexão partilhada entre a economia cultural e a economia industrial, e indicar como a organização, os processos e as estruturas de criação estão no cerne do crescimento económico.

3.3.1 - Desafios e objetivos para Portugal até 2030

Entre estes desafios e objetivos encontra-se a preocupação com a diversidade cultural que hoje marca o país, resultante da mobilidade da população no espaço europeu e extraeuropeu e, em consequência, a preocupação com a aceitação dessa mesma diversidade. O entendimento e respeito pelas outras culturas é um elemento essencial da prática da cidadania e contributo importante para a paz. Contudo, na sociedade atual marcada pela globalização, a preservação da cultura e do património de cada nação ou região é essencial para preservar a identidade dessa nação. Daí que as iniciativas e estratégias desenvolvidas com o objetivo de promover a aceitação da diversidade cultural e patrimonial de uma sociedade plural, devam ser acompanhadas pelas iniciativas e estratégias que tenham como objetivo a preservação e a divulgação da cultura e património portugueses.

Em termos patrimoniais, algumas áreas têm já uma posição afirmada e, sobretudo, são reconhecidas pela comunidade científica e pela população em geral. Mas outras áreas patrimoniais existem que carecem de um inventário, respetivas medidas de preservação e de um reconhecimento que só será possível com uma política que determine a organização desse inventário como elemento essencial a ser considerados nos planos diretores e nos planos de desenvolvimento das diferentes regiões do país, com particular incidência para as que sofreram uma maior desindustrialização e que são marcadas simultaneamente, pela baixa demográfica resultante da saída das populações mais jovens. Na revitalização destas regiões o património - nomeadamente o industrial que durante anos foi a base da economia dessas regiões - pode e deve ser um elemento essencial.

Do mesmo modo, o inventário dos produtos do design português pode vir a ser um elemento essencial para a recuperação de determinadas atividades industriais, contribuindo ao mesmo tempo para os novos processos criativos. Atualmente é óbvio que a interação tanto entre empresas, como entre indivíduos, ocorre cada vez em maior escala através das redes digitais e as constantes transformações tecnológicas facilitam essas mesmas comunicações em rede. Considera-se que as redes digitais funcionam dentro das indústrias culturais como um importante novo meio, mas muitas vezes de forma efémera e individualizada, inclusive originando novas formas de opacidade e descriminação nos mercados do trabalho cultural que é urgente estudar, pensar e refletir em legislação que regule estas formas imateriais do trabalho cultural.

3.3.2 - Principais desenvolvimentos científicos nos últimos dez anos

A rápida evolução do significado de Património durante o século XX tornou mais complexo o seu entendimento e a grande plasticidade do termo tem conduzido a diversas interpretações e perceções. A evolução do significado tem assumido a forma de uma expansão contínua, o que permite aceitar artefactos de diferentes tipologias, materiais e imateriais, referentes a diferentes tempos históricos. Também por essa plasticidade do termo, alguns autores preferem antes considerar o ato de Patrimonialização em vez de Património, ou considerar o termo no seu plural – Patrimónios – por este implicar uma constelação de símbolos e formas.

Segundo Elsa Peralta, “[...] toda a construção patrimonial é uma representação simbólica de uma dada versão da identidade, de uma identidade “manufaturada” pelo presente que a idealiza. [...] O património cultural compreenderá então todos aqueles elementos que fundam a identidade de um grupo e que o diferenciam dos demais.” (2000: 219). O património pode ser definido como bem cultural, tangível ou intangível que desperta o sentimento de valor e identidade e, em simultâneo, é uma

representação construída a partir da tentativa de unificação de inúmeras identidades nela presente, como referiu Stuart Hall no seu estudo *A questão da identidade cultural*.

3.3.3 - As questões chave para uma agenda de investigação

Os processos criativos e a produção cultural são por natureza mutáveis e o seu impacto social pode ser medido numa perspetiva imediatista e conjuntural, pela criação de fluxos e tendências, ou numa perspetiva cumulativa através das dinâmicas estruturantes e dos processos de assimilação societal que geram. Em termos de agenda de investigação, consideram-se as seguintes questões chave:

- **Entender de que forma o design de produto e o design gráfico ou de comunicação podem ser instrumentos para promover as indústrias criativas e a disseminação cultural;**
- Contribuir para o **processo de criação do design de produto** através do desenvolvimento de conteúdos para produtos culturais que façam parte de uma estratégia de economia criativa;
- Investigar a **integração de novos materiais e processos na criação de produtos tradicionais e dar novos usos a materiais tradicionais** através da sua integração em processos industriais;
- **Entender os objetos – forma e matéria – em articulação com os recursos de uma região:** recursos naturais; tradição e transmissão de saberes e técnicas (saber-fazer); formação técnica e profissional e a sua evolução;
- Investigar a **ligação entre o design de produto e a actividade de determinados estabelecimentos fabris**, muitos dos quais já não existem, e também como o design gráfico se articulou com a publicidade das várias indústrias;
- Avaliar as **possibilidades que os espaços industriais podem ter no acolhimento de indústrias criativas** que desta forma contribuirão para a melhor integração dos espaços industriais abandonados, os chamados “Brownfields”, nas cidades;
- **Considerar o processo como interdisciplinar**, uma vez que um artefacto utilizado na vida quotidiana é determinado não só pelas suas propriedades físicas, mas também pelos seus valores semânticos e simbólicos;
- Analisar a **evolução desde as “artes industriais” ao design** como expressão de cultura e identidade;
- Reconhecer a **miscigenação de formas e materiais** como resultante da sociedade plural e dos trânsitos culturais;
- Reconhecimento das **novas formas de expressão urbana** (arte pública; street art; pós-graffiti);
- Identificação de **sítios / espaços urbanos – que possam ser “polos” geradores de indústrias criativas;**

- **Reconhecer aos objetos o valor patrimonial em articulação com as propostas de recriação dos mesmos;**
- Reconhecer o **valor patrimonial e de memória** de alguns **espaços urbanos**.

3.3.4 - Fatores críticos para o desenvolvimento futuro

Um dos problemas que se reconhece é a necessidade de mapeamento dos “arquivos de memória cultural”, de modo a conhecer e fomentar a circulação e a valorização de formas estéticas, étnicas ou de género, que contribuem para a construção da identidade ou identidades.

Outro fator é a falta de uma avaliação e apreciação crítica dos resultados de projectos financiados por mecanismos nacionais e europeus e dos seus impactos nas indústrias criativas, quer no desenvolvimento de novas soluções/produtos quer na sua atividade comercial

Assim, considera-se que nesta área, a agenda de investigação deveria proporcionar o ambiente científico para a criação de um grupo de trabalho transdisciplinar e inter-institucional que congregue unidades de investigação, representantes institucionais e entidades do sistema criativo e produtivo que responda a estas necessidades e que possa estabelecer diretrizes para uma maior eficácia, eficiência e inovação;

Do mesmo modo, considera-se que a criação e desenvolvimento de incubadoras criativas que estimulem a ligação entre a Academia e as empresas ou instituições associadas à economia cultural é um fator determinante para o aumento da competitividade do setor produtivo e cultural, incluindo turismo, permitindo introduzir mudanças funcionais, integrar jovens criativos qualificados no mercado e promover a formação avançada e a investigação em cursos de Mestrado e Doutoramento, como por exemplo design, artes plásticas, arquitetura, museologia, etc.

Nesta perspetiva, identifica-se na preservação e valorização do património industrial, técnico e científico outro fator crítico que deveria ser alvo de medidas específicas que:

- promovam o inventário deste património a nível nacional, incluindo a criação de uma base de dados digital ativa e aberta e a criação de uma rede nacional de salvaguarda que aprofunde o trabalho que tem vindo a ser feito por entidades como a DGPC/Direção-Geral do Património Cultural (relativamente ao inventário e classificação de edifícios industriais) ou o MUHNAC/Museus da Universidade de Lisboa (com a valorização das suas coleções e do património da investigação)
- sensibilizem as unidades ou centros de investigação e as instituições de ensino superior em geral, bem como as empresas, para a importância da defesa, salvaguarda e divulgação da herança científica, técnica e industrial contemporânea.

3.4 - Língua, tecnologias, cultura digital e produção de valor

As transformações da cultura contemporânea decorrentes do impacto das novas tecnologias da informação e da comunicação assim como dos media digitais têm sido comparadas a uma mutação tão ou mais profunda e plena de implicações como, por exemplo, aquela que ocorreu no campo da linguagem com a invenção dos alfabetos e da escrita, tornando imperativo que estas temáticas sejam articuladas em conjunto. Assinala-se assim a emergência de uma nova literacia, de novas práticas culturais e de novas mediações, mas também a continuidade da experiência cultural e a necessidade do desenvolvimento tecnológico da língua portuguesa, reconhecendo-se a urgência de um impulso prioritário para a investigação nestes domínios.

3.4.1 - Desafios e objetivos para Portugal até 2030

A compreensão das transformações em curso no âmbito da cultura, nomeadamente das suas práticas de produção e de receção, é um desafio central das próximas décadas, com vista à prefiguração da economia cultural do futuro próximo. Neste sentido, é indispensável o apoio à investigação fundamental e aplicada no âmbito das humanidades, dos estudos culturais e das artes, com particular enfoque no seu cruzamento com as tecnologias da informação e os novos media.

No âmbito deste objetivo é importante desenvolver uma agenda para a integração do Património cultural nas infraestruturas informacionais e redes de conhecimento, mas também uma agenda de investigação dedicada à cultura digital nativa que esteja atenta aos seus processos de inovação, incluindo com particular destaque as artes digitais. No campo dos arquivos e do património, os repositórios da imagem e do audiovisual constituem uma oportunidade particularmente importante para a investigação científica, pelo facto de encerrarem uma parte muito significativa da nossa história cultural contemporânea, mas também pela investigação e inovação que suscitam no plano das ferramentas de análise e de pesquisa.

A interligação da cultura com a web permanece uma oportunidade sem precedentes para a disseminação e internacionalização dos seus conteúdos, sendo importante investigar esta relação e fomentar todas as suas virtualidades, para além do objetivo do acesso aberto, em direção a uma cultura da contribuição dentro de critérios de exigência e de curadoria.

Relativamente à língua, num estudo encomendado pelo Camões I.P., estima-se em 17% do PIB nacional anual a proporção da contribuição das atividades económicas associadas à língua portuguesa para a riqueza gerada no país.

A língua portuguesa é o quarto idioma a nível mundial com maior número de falantes — estimados em 260 milhões e espalhados por quatro continentes —, o que lhe confere o estatuto raro e feliz de ser uma língua internacional de projeção global, entre os cerca de 7 000 idiomas existentes no planeta.

A língua portuguesa é um fator estruturante da nossa identidade cultural. É património de valor inestimável com que o passado nos ligou a outras nações e que o futuro nos atribui a responsabilidade de partilhar e promover. A língua portuguesa é um dos pilares da soberania nacional e um dos principais ativos geoestratégicos do país.

3.4.2 - Principais desenvolvimentos científicos nos últimos dez anos

A relação entre a experiência cultural e as novas tecnologias e os novos media e, em especial, a emergência da cultura digital têm assumido uma importância crescente no âmbito da investigação científica da última década, com destaque para as ciências da comunicação, os estudos culturais e os estudos e práticas artísticas, assinalando-se ainda a aplicação à cultura de áreas como os estudos de software, o HIC, a ciência da informação e a computação, nomeadamente assinalada pela emergência das Humanidades Digitais. Em Portugal, estes âmbitos da investigação têm contextos de efetiva qualidade, apesar de restritos e localizados, tendo-se assistido também recentemente, no contexto nacional, à emergência do recorte das Humanidades Digitais.

No plano do impacto das novas tecnologias da informação na produção e experiência cultural, os aspetos mais significativos dos últimos anos foram o crescimento exponencial dos dados, e das redes de conhecimento, a computação na nuvem, a proliferação do software cultural, e a profusão dos media baseados na web. As possibilidades atuais de arquivo e de disseminação do conhecimento e a sua integração com a produção cultural e as práticas criativas não têm precedentes na história humana. Em Portugal iniciou-se também a criação de bases de dados e de redes de informação de acesso aberto na área das humanidades e da cultura, tendo crescido também a preocupação com a qualidade do seu acesso e usabilidade. No campo do património têm ocorrido vários casos de sucesso desta abordagem.

A tecnologia da língua portuguesa, por sua vez, permitirá comunicar na nossa língua com pessoas que falam outro idioma. Permitirá também usar a linguagem natural para interagir com todo o tipo de serviços e dispositivos artificiais. É uma tecnologia emergente que abrange sistemas computacionais especializados na análise, produção e modificação de texto e de fala, sendo o ramo de aplicação de uma área científica de intensa interdisciplinaridade.

A aplicação desta tecnologia induzirá um vasto leque de impactos, tanto com profundo alcance económico, enquanto fator de inovação e competitividade acrescidas no mercado digital global, como

com decisivo alcance social, ao permitir a cidadania plena dos falantes da língua portuguesa na sociedade da informação.

Nos últimos dez anos têm sido assinaláveis os progressos feitos, por exemplo, em termos de tradução automática, de interfaces conversacionais, de sumarização automática, de reconhecimento de fala, entre muitos outros, centrados principalmente porém na língua inglesa. Em Portugal, assistiu-se à instalação de massa crítica com impacto relevante para a tecnologia da língua portuguesa, que carece contudo de ver o seu crescimento fomentado de forma sustentável para uma dimensão comensurável com a magnitude dos desafios a enfrentar.

3.4.3 - As questões-chave para uma agenda de investigação

O desenvolvimento de investigação tanto fundamental como aplicada sobre a **cultura contemporânea e o seu cruzamento com as novas tecnologias da informação e os novos media** é fundamental para uma abordagem refletida e capaz de contribuir e intervir nas transformações em curso, em particular, na **cultura digital**, uma vez que esta investigação tem uma expressão ainda restrita em Portugal que urge expandir. Algumas das questões-chave e prioridades da sua agenda são:

- o **reforço de abordagens multidisciplinares**: sinergia entre equipas, nomeadamente entre humanidades, artes, estudos culturais e ciências da comunicação, da computação e da informação;
- a **transferências de conhecimentos entre cultura artística e economia criativa**: observação das práticas criativas em emergência na cultura digital como território chave da inovação media, assim como o desenvolvimento de novas práticas de curadoria, de disseminação e de receção da cultura artística nomeadamente em museus e instituições culturais;
- o **desenvolvimento de investigação em aspetos específicos da cultura digital**, incluindo, entre outros, guionismo, edição e produção multimédia, software cultural, webdesign e design interativo, pesquisa e análise da informação, visualização de dados, etc;
- o **planeamento estratégico de digitalização de espólios** e da sua articulação com redes de conhecimento relacionadas;
- a **aposta numa cultura da contribuição, própria da cultura digital, como estratégia de desenvolvimento de públicos especializados** da cultura, do património e da arte e do seu envolvimento na disseminação e gestão dos seus objetos.

A promoção da língua portuguesa é, por seu lado, um desígnio nacional para o qual a política científica da língua constitui um contributo nuclear incontornável. Para o planeamento científico nacional, a língua portuguesa é um desafio estratégico de acrescida urgência nas suas várias vertentes, que entre várias outras, inclui de forma prioritária:

- investigação em **tecnologia da língua portuguesa** com vista à sua preparação tecnológica para a era digital, incluindo entre vários outros aspetos, a construção de conjuntos de dados anotados e de ferramentas de base e módulos avançados para o processamento computacional da língua portuguesa, o desenvolvimento de aplicações de apoio à investigação e à inovação, etc;

E engloba também:

- investigação científica sobre a **estrutura e funcionamento da língua portuguesa** numa perspetiva multidisciplinar e integrada;

- investigação e desenvolvimento de **novos meios auxiliares de diagnóstico baseados em desempenho linguístico**, adaptados à língua portuguesa, etc.

- investigação sobre **aquisição da língua portuguesa como língua segunda, como língua de herança**, etc, assim como o desenvolvimento de metodologias inovadoras para o ensino e a tradução;

- **estudo e valorização da expressão literária lusófona**, incluindo entre outros aspetos, a recuperação e organização de espólios assim como a promoção de edições críticas de obras de particular relevância cultural, etc

3.4.4 - Fatores críticos para o desenvolvimento futuro

Alguns dos factores críticos que se colocam à cultura digital estão relacionadas com o crescimento exponencial dos dados e com as dificuldades da sua pesquisa e análise. No âmbito da cultura isto é agravado pelo ainda escasso envolvimento dos especialistas no plano das ontologias e do desenvolvimento de terminologia. A emergência, por sua vez, de técnicas cada vez mais automatizadas de pesquisa da informação, através de algoritmos, pode conduzir à perda de visões significantes da realidade cultural, à perda do rigor do conhecimento e à dissolução do valor de verdade, riscos que têm sido crescentemente apontados.

A banalização de aplicações e de práticas mediais em alguns campos da cultura, nomeadamente no do património, sem articulação com a comunidade dos investigadores, conduz também por vezes a apropriações e formas de divulgação empobrecedoras e pouco rigorosas. Por outro lado, o campo da cultura e da criatividade digital nativas carecem de melhor atenção das instituições ligadas à cultura e à arte contemporâneas, que poderão dar-lhe um impulso positivo e de qualificação. A deriva de uma certa economia criativa moldada sobre as lógicas virais das redes sociais corre o risco de se tornar num modelo redutor das práticas criativas.

Cabe também assinalar que os profundos choques tecnológicos e civilizacionais induzidos pelo advento da era digital e da globalização, em conjunto com a intensa competição por parte dos idiomas com mais

falantes, colocam desafios imensos e inauditos à diversidade e às condições de continuidade das línguas naturais.

Para sobreviver e prosperar na era digital global, a língua portuguesa precisa de ser convenientemente estudada, promovida e preparada científica e tecnologicamente. Apenas deste modo será possível assegurar que todas as pessoas, serviços e bens nos ficarão disponíveis e acessíveis na e através da sociedade de informação, e apenas desta forma se estabelecerão os meios para o exercício pleno da para nós e para a nossa cultura na sociedade do futuro.

4 - Desafios para uma agenda de inovação

4.1 - Perspetivas de Inovação Tecnológica

4.1.1 - Desafios e objetivos para Portugal até 2030

É inquestionável que a cultura e o património cultural possuem mais que um significado simbólico, sendo forte impulsionador da economia nas sociedades modernas. É fundamental preservar e valorizar a autenticidade das várias expressões tangíveis e intangíveis do património cultural e natural, sublinhando o seu papel na identidade cultural, e projetando o património como base para atividades económicas. Desta forma, a cultura tem de ser considerada na formulação, implementação e avaliação de políticas e governança, considerando os efeitos positivos em áreas como emprego, inclusão social, educação e formação, turismo, investigação e inovação, e desenvolvimento regional.

O documento "Strategy 21" (European Cultural Heritage Strategy for the 21st Century), apresenta nomeadamente duas recomendações associadas à inovação tecnológica:

- Proteger, restaurar e valorizar o património, aproveitando ainda mais as novas tecnologias - significa ter que encontrar constantemente novas soluções num contexto em mudança, realizar investigação multidisciplinar e interdisciplinar, testar novos modelos e novos métodos e promover o uso racional das novas tecnologias: Informar os atores patrimoniais, em cooperação com especialistas, sobre as novas tecnologias, incluindo seu potencial e seus limites; Realizar estudos antes de trabalhos de restauro utilizando tecnologias não-invasivas (digitalização, realidade aumentada, scanners 3D, modelação, drones, LiDAR, etc.); Usar técnicas de exploração não-invasivas para estudar áreas inacessíveis ou frágeis; Desenvolver representações de património através das novas tecnologias (modelagem, impressão em 3D);
- Utilização de técnicas inovadoras para apresentar o património cultural ao público, preservando sua integridade - as técnicas e abordagens inovadoras devem ser utilizadas no pleno nas operações de exposição, mas devem ser usadas judiciosamente para enfrentar o duplo desafio de preservar a integridade do património cultural e torná-lo acessível a um público tão amplo quanto possível: Definir o melhor acesso ou condições de visita e encontrar soluções para alcançá-los; Apresentar um espaço ou objeto que desapareceu, é inacessível, vulnerável ou desconectado do seu contexto; Reconstituir ou criar artefactos; Organizar visitas guiadas em áreas sensíveis; Envolver os atores locais e os residentes no desenvolvimento de instalações inovadoras. As tecnologias digitais mudaram a forma como as pessoas acedem, produzem e usam conteúdo cultural. Qual vai ser o impacto da mudança digital nas políticas de desenvolvimento do público, na leitura e nas práticas das instituições culturais?

Outros elementos de inovação presentes incluem:

- Desenvolvimento de novos modelos de gestão que permitam ao património beneficiar, pelo menos em parte, do valor acrescentado que gera. Este financiamento deve, de forma prioritária, ser usado para conservação;
- Incentivar a criatividade na captação da atenção do público, que evolui de acordo com as mudanças na sociedade e o progresso tecnológico. Isto pressupõe um diálogo entre o mundo do património e o mundo da criação contemporânea (cinema, música, literatura, novas tecnologias, design, jogos de computador, etc.), ferramentas interativas para aumentar a conscientização ou incentivar o conhecimento, criação de jogos com foco no património e seus valores, eventos multidisciplinares (entretenimento ao vivo, arte de rua, artes visuais, etc.) com base e expressando o valor patrimonial de um local.
- Desenvolver bancos de conhecimento sobre materiais, técnicas e know-how locais e tradicionais. A ameaça de desaparecimento de muitas tradições e práticas de património, implica a necessidade de conservar amostras e armazenar, atualizar e divulgar o conhecimento, através de espaços dedicados e novas tecnologias.

4.1.2 - Principais desenvolvimentos tecnológicos nos últimos dez anos

Os principais desenvolvimentos incluíram tecnologias de diagnóstico, materiais e técnicas de intervenção, metodologias de conservação preventiva, serviços baseados em TIC e, mais recentemente, aspetos relativos à melhoria da eficiência energética, tais como:

- Alargamento das redes de infraestruturas de comunicação e aumento da sua largura de banda;
- Disponibilização de um conjunto cada vez mais potente de ferramentas de aquisição de dados, tratamento e restituição digital (gravação áudio, gravação vídeo, fotografia e vídeo imersivo digitalizações, fotogrametria, varrimento Laser, termografia, fotografia multiespectral, etc...);
- Implementação sistemática de trabalhos de digitalização de bens culturais que permite a preservação da sua memória ou a sua reprodução em caso de destruição (decorrente de conflito armado, terrorismo, ou catástrofe natural);
- Desenvolvimento de ferramentas de produção digital (impressão 3D, fabricação robótica, etc.) que podem ser utilizadas na criação de réplicas de elementos necessários à legibilidade do bem cultural;
- Desenvolvimento de sistemas de realidade virtual e realidade aumentada, com aplicação direta à divulgação do bem cultural;

- Desenvolvimento das TIC aplicadas ao património e ao turismo, designadamente ao nível de aplicações livres ou de baixo custo;
- Acesso das populações, de uma forma alargada, a suportes tecnológicos (hardware e software) de reprodução de informação digital (computadores, smartphones, etc) que permitem equacionar novas formas de acesso à cultura e ao património;
- Desenvolvimento de novas formas de diagnóstico não-invasivo e não destrutivo, que permitem planejar a intervenção no bem cultural de um modo mais informado.
- A tecnologia da língua com tradução automática, de interfaces conversacionais, de sumarização automática e de reconhecimento de fala, que permitem também equacionar novas formas de acesso à cultura e ao património.

4.1.3 - Oportunidades e aplicações para uma agenda de inovação

A promoção da **conservação preventiva** é uma enorme oportunidade, dando prioridade à prevenção e previsão, sobre a intervenção, o que exige maior **conhecimento sobre técnicas e materiais antigos, modelos de previsão, monitorização, técnicas não destrutivas, digitalização intensiva, modelação e sistemas de gestão integrados**.

É também uma grande oportunidade a **avaliação e prevenção de riscos** para proteger o património cultural dos efeitos de desastres naturais e ameaças causadas pela ação humana, incluindo aspetos tão diversos como o turismo em massa, a poluição, as alterações climáticas, o desenvolvimento insustentável, as áreas de conflito e as catástrofes naturais (incêndio, inundações ou terremotos).

Finalmente, a **formação e transferência de conhecimento**, seja em profissões tradicionais, gradualmente em abandono, e **profissões emergentes no património, inclusive no contexto da mudança digital**, é também uma necessidade evidente.

4.1.4 - Fatores críticos para o desenvolvimento futuro

O património cultural tem sido considerado habitualmente como um custo, tolerado como um imperativo societal. Mas, para além do turismo, importa compreender o contributo evidente para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos europeus, sentimento histórico, identitário e de pertença, como ganhos sociais. Os desafios são inúmeros associados, por exemplo, a alterações demográficas, turismo em massa a nível global, migrações, alterações climáticas e crescente número de desastres

naturais ou provocados pelo homem, e ainda afastamento político dos cidadãos (especialmente dos jovens), tentação do isolacionismo comunitário, divisões intergeracionais, crise económica e surgimento de desafios ou violações graves dos valores de liberdade, tolerância e democracia em que nossas sociedades se baseiam: todos estes desafios exigem respostas coerentes, abrangentes e inspiradoras. A educação cultural, em todas as suas componentes, tangível e intangível, permite coesão, unidade, integração dos migrantes, participação política, compreensão mútua, e criatividade.

Uma compreensão holística do património cultural tem de incorporada na sociedade física, política, pública e profissional. O desafio é que o património cultural possa contribuir para uma nova economia baseada no conhecimento que poderia melhorar significativamente a economia europeia global recuperando nossos valores culturais e sociais. Este objetivo exige políticas públicas no desenvolvimento de empreendedorismo e potencial de inovação de setores culturais e criativos, tendo em vista estimular a inovação, sustentabilidade económica e inclusão social.



FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA

AV. D. CARLOS I, 126, 1249-074 LISBOA, PORTUGAL
T. [+351] 213 924 300

WWW.FCT.PT